

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

HISTÓRIA DO PENSAMENTO LINGUÍSTICO E DAS PRÁTICAS GRAMATICAIS NO BRASIL: É POSSÍVEL PERIODIZAR?

Leonardo Ferreira Kaltner, Melyssa Cardozo Silva dos Santos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5633>

Submetido em: 2023-02-24

Postado em: 2023-03-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

HISTORY OF LINGUISTIC THOUGHT AND GRAMMAR PRAXIS IN BRAZIL: IS IT POSSIBLE TO PERIODIZE?

HISTÓRIA DO PENSAMENTO LINGUÍSTICO E DAS PRÁTICAS GRAMATICASIS NO BRASIL: É POSSÍVEL PERIODIZAR?

Leonardo Ferreira Kaltner 1

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>

Melyssa Cardozo Silva dos Santos 2

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. ORCID:
<https://orcid.org/0000-0003-0279-1611>

ABSTRACT

In the article, we discuss a didactic model for the periodization of the history of linguistic thought in Brazil, based on the theoretical-methodological model of Pierre Swiggers (2012; 2019; BATISTA, 2019; ALTMAN, 2019) and on periodization studies of the history of grammar, by Ricardo Cavaliere (2002; 2012). Our proposal, still in the development and theoretical debate phase (KALTNER, 2019, 2020a, 2020b), is to link the history of linguistic thought in Brazil to institutional history, in which there were three great specific administrative models: the ancient colony, the Empire and the Republic. These changes can also be related to three moments in the development of the history of linguistic thought: a missionary period, a secular period and a scientific period, according to the theoretical model still in development. As a case study, we propose to analyze a periodization related to the Art of Grammar of the most used language on the coast of Brazil (ANCHIETA, 1595), the first work with metalinguistic reflections in the context of Brazil, written between 1554 and 1556.

Keywords:

Periodization, Grammaticography, Anchieta.

RESUMO

No artigo, discutimos um modelo didático para a periodização da história do pensamento linguístico no Brasil, pelo modelo teórico-metodológico de Pierre Swiggers (2012; 2019; BATISTA, 2019; ALTMAN, 2019) e pelos estudos de periodização de história da gramática, de Ricardo Cavaliere (2002; 2012). Nossa proposta, ainda em fase de desenvolvimento e de debate teórico (KALTNER, 2019, 2020a, 2020b), é vincular a história do pensamento linguístico no Brasil à história institucional, em que houve três grandes modelos

administrativos específicos: a antiga colônia, o Império e a República. Essas mudanças institucionais teriam se relacionado a três momentos também no desenvolvimento da história do pensamento linguístico: um período missionário, um período secular e um período científico, segundo o modelo teórico ainda em desenvolvimento. Como estudo de caso, propomos analisar uma periodização relacionada à Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (ANCHIETA, 1595), primeira obra com reflexões metalinguísticas no contexto do Brasil, escrita entre 1554 e 1556.

Palavras-chave:

Periodização, Gramaticografia, Anchieta.

Artigo em avaliação na revista CadLin – Cadernos de Linguística da Abralín

Introdução

O debate desenvolvido no artigo derivou de apresentação no *III Linguistweets*, terceira conferência internacional de Linguística no *Twitter*, idealizada e organizada pela Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Na apresentação, sob o mesmo título do artigo, foi levantada a questão sobre a periodização da história do “pensamento linguístico e das práticas gramaticais” (*linguistic thought and grammar praxis*) (SWIGGERS, 2013; 2019) no contexto do Brasil, um do temas da disciplina de Historiografia da Linguística (HL).

Ainda na apresentação, foi sugerida uma periodização de cunho didático, a fim de evidenciar como a análise historiográfica pode ser desenvolvida, assim como foi exemplificada a aplicação de nosso modelo teórico de periodização em um estudo de caso. Nossa finalidade foi demonstrar como a periodização tem auxiliado na análise historiográfica da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595), a gramática quinhentista de Anchieta sobre a língua tupinambá, pedra angular da gramaticografia no Brasil (KALTNER, 2019, 2020a, 2020b).

A primeira reflexão teórica e plural da disciplina de HL, sobre o tópico da periodização, é que não há apenas uma única periodização possível para a história do “pensamento linguístico e das práticas gramaticais”. Logo, cada historiógrafo pode desenvolver um modelo teórico de periodização, contanto que este seja justificado e tenha coerência com a sua proposta descritiva. Dessa forma, é possível encontrar periodizações diversas, algumas inclusive conflitantes, devido à visão teórica plural da HL no nível interpretativo. Cada periodização deve ser considerada no âmbito descritivo de sua narrativa historiográfica, cumprindo um propósito específico de investigação. No nosso caso específico, a periodização visou a descrever as “correntes de pensamento” (SWIGGERS, 2013; 2019) que influíram na obra de Anchieta, no contexto da América portuguesa quinhentista.

As leituras historiográficas sobre o mesmo *corpus* divergem na HL, muitas vezes em virtude do que Ronaldo Batista elencou como “questão do estatuto” da disciplina. Além do modelo

teórico, o método de abordagem do *corpus* é também motivo para os debates historiográficos críticos e interpretativos:

Como a questão do estatuto, o estabelecimento de métodos para a prática historiográfica na Linguística é objeto de discussões e debates. Um campo de estudos relativamente novo encontra no seu caminho diferentes propostas metodológicas. Há uma dificuldade ainda presente de determinar um único método de abordagem e talvez se deva admitir a existência de mais de um método apropriado para as abordagens historiográficas sobre a História da Linguística (BATISTA, 2019, p. 14).

Dessa forma, o método proposto em nosso modelo teórico de periodização, que consiste em analisar a história institucional e vinculá-la às correntes de pensamento é apenas um dos métodos possíveis de abordagem da história do pensamento linguístico na América portuguesa quinhentista, por exemplo. Esse método de interpretação analisa, por exemplo, como o pensamento de um autor, registrado em sua obra, dialogou com as correntes de pensamento e instituições dominantes de um determinado contexto social e histórico.

Nesse sentido, no desenvolver dessa questão, se abre o questionamento sobre a possibilidade, ou mesmo a utilidade, da criação de um modelo teórico de periodização da história do pensamento linguístico, já que em termos absolutos não existe uma periodização aplicável de forma absoluta, sendo cada periodização uma visão teórica relativa, de acordo com a intencionalidade do historiógrafo, como observador de fatos linguísticos no processo histórico. A periodização, nesse aspecto, é uma generalização de fatos históricos contínuos e descontínuos, o que permite uma simplificação da descrição historiográfica, tendo como desvantagem a perda de informações específicas, em uma perspectiva reducionista, porém didática. Assim, a periodização é antes um instrumento didático e interpretativo, como uma técnica descritiva, mais do que propriamente uma análise específica linguístico-historiográfica. Serve-nos como forma de catalogar obras e delimitar o histórico institucional em que o pensamento linguístico se desenvolveu, assim delimitando as “tradições” linguísticas (SWIGGERS, 2013; 2019) de um determinado contexto, tanto quanto o pertencimento, ou não, de determinado autor ou obra a essa tradição predominante em uma dada época.

Assim, na história institucional do Brasil e em sua organização social, temos, de modo geral, a divisão em três grandes “sistemas” institucionais: América portuguesa (1500-1822), Brasil Império (Monarquia constitucional – 1822-1889) e Brasil República (Primeira República – 1889-1930, Estado getulista – 1930-1945, Democracia – 1945-1964, Regime militar 1964-1984, Democracia – 1984 em diante) (FAUSTO, 2006). De modo didático, podemos propor três grandes períodos institucionais também para o desenvolvimento da história do pensamento linguístico no Brasil, equivalentes a essa divisão de história institucional e à organização social: o período “missionário”, o “secular” e o “científico”. Cada um desses períodos institucionais pode ser subdividido em fases específicas, de mudanças de paradigmas de pensamento linguístico dentro da divisão supracitada, com as devidas transformações institucionais e mudanças das “correntes de pensamento” hegemônicas em seus “embates teóricos” sucessivos (SWIGGERS, 2013; 2019).

Cumprе salientar ainda que houve pouca produção intelectual no período missionário, relativo à América portuguesa (1500-1822) (CAVALIERE, 2012), devido às suas instituições e à sua organização social, que não permitiam uma liberdade de pensamento tão ampla como nas sociedades democráticas atuais. No período secular, relativo ao Brasil Império (1822-1889),

as instituições e a organização social já permitiam uma maior circulação de ideias e de correntes de pensamento, todavia, devido ao escravismo, como herança colonial, essa perspectiva academicista não era ainda socialmente inclusiva, o que fez com que o desenvolvimento do pensamento institucionalizado fosse excludente, tendo ignorado grande parte da sociedade.

A produção intelectual tornou-se mais plural e diversa, aos poucos, no chamado período científico, relativo ao Brasil República (1889 em diante), cuja maior diferença em sua organização social foi a criação do mundo do trabalho assalariado, o que afetou também as instituições científicas incipientes. O cientista tornou-se um trabalhador especializado e as demandas da sociedade passaram a ser o cerne do desenvolvimento científico desde então. Há uma diversidade bem maior de textos, autores e mesmo correntes de pensamento nesse período histórico, que é contínuo até os dias de hoje.

1. Linguística de recepção, adaptação e inovação no Brasil

Segundo Cristina Altman (2018), a história do pensamento linguístico e das práticas gramaticais no Brasil está relacionada à “linguística de recepção”, isto é, o desenvolvimento das reflexões metalinguísticas no Brasil se insere nas reflexões mais amplas desenvolvidas no contexto do mundo ocidental, de que o Brasil tem sido um contexto receptor-produtor, em constante interação: “a pesquisa linguística no Brasil, como sabemos, tem se caracterizado por ser uma linguística eminentemente ‘de recepção’” (ALTMAN, 2018, p. 166). A recepção do pensamento linguístico do mundo ocidental foi adaptada ao contexto do Brasil de acordo com a história institucional específica de nosso contexto, não tendo sido, porém, o desenvolvimento do pensamento linguístico um mero transplante do conhecimento desenvolvido na Europa, por exemplo, mas a continuidade de tradições acadêmicas e institucionais, acrescidas de inovações singulares. Culturalmente, a “linguística de recepção” pressupõe uma interação, para não ser compreendida sob um viés etnocêntrico.

O período missionário, por exemplo, ainda à época da América portuguesa entre os séculos XVI e XVIII, é o que apresenta historicamente uma maior dependência da intelectualidade do Brasil, como colônia ultramarina do reino de Portugal, em relação ao desenvolvimento do pensamento linguístico no contexto europeu, sobretudo o português. As gramáticas e léxicos escritos por missionários, nesse contexto da América portuguesa, tiveram como modelo estrito a produção intelectual já desenvolvida na Europa, como a escolástica medieval e o humanismo, desenvolvidas no contexto cultural do período final do Renascimento sobretudo, tendo tido maior produção e publicação de “gramáticas missionárias” entre os séculos XVI e XVII, não só na América portuguesa, mas no mundo ibérico da América latina como um todo (ZWARTJES, 2011).

Cristina Altman comentou os pressupostos de análise das “gramáticas missionárias” pela “linguística de recepção”, tendo sintetizado o que vem a ser o pensamento linguístico no período missionário, de modo geral, com textos que foram integrantes de dois contextos, as Américas e a Europa, intermediados pela política missionária nos séculos XVI e XVII:

A descrição gramatical de línguas não indo-europeias feita pelos missionários católicos nos séculos XVI e XVII é um bom exemplo de como a vocação religiosa e pedagógica dessas

missões condicionou o tipo de tratamento a que inicialmente foram submetidas essas línguas. (ALTMAN 2019, p. 30).

Todavia, há inovações notáveis nessa “linguística de recepção”, mesmo no período missionário que, para além das adaptações, permitiu a autonomia do pensamento em sua dinâmica histórica, caso específico das gramáticas que descreviam línguas utilizadas fora da Europa. Há, desse modo, uma dialética na linguística de recepção, em relação à identidade e à alteridade do contexto emissor e do receptor, que evidencia que a recepção é mais do que uma simples imitação (*imitatio*), ou mesmo emulação (*emulatio*), tendo estado entre a adaptação e a inovação. Ainda que no período missionário, por exemplo, todo o pensamento linguístico tivesse por base a intelectualidade europeia, houve um desenvolvimento próprio na intelectualidade da América portuguesa, mesmo monitorada pela intelectualidade europeia, como centro, ou metrópole, da colônia. Esse fenômeno pode ser notado pelo conceito de “hibridismo cultural” de Peter Burke (2005), que descreve bem a intelectualidade da América portuguesa quinhentista.

Já no período secular, essa relação colonialista cedeu lugar à influência cultural, sobretudo após a Independência, em 1822. A recepção do pensamento linguístico se deu de forma mais pragmática, isto é, centrada nos interesses do Brasil, principalmente no estabelecimento de boas relações diplomáticas com a Europa e com os novos atores globais das Américas, como os Estados Unidos e as nações independentes da América Latina. O interesse de se constituir um sistema educacional secularizado no Brasil Império levou a intelectualidade nacional a observar modelos externos, tendo buscado adaptá-los ao contexto brasileiro. A manutenção da língua portuguesa como língua administrativa e a organização de um ordenamento jurídico secular caracterizou a unidade nacional à época (KALTNER, 2019, 2020a, 2020b). Todavia, como supracitado, a manutenção do escravismo impediu um desenvolvimento científico real e inclusivo. Nesse sentido, o rótulo “período secular” é preferível, pois o pensamento científico não é compatível com a instituição da escravidão, em nenhuma hipótese, ainda que muitos intelectuais da corte imperial tivessem tido formação científica no exterior e depois atuaram no Brasil.

No período científico, que institucionalmente é vinculado ao período republicano, a autonomia científica no Brasil foi um dos principais objetivos institucionais. Houve um crescente até a criação do sistema de universidades, quando os cursos de Letras, Filologia e Linguística surgiram no cenário acadêmico (TUFFANI, 2021). As boas relações diplomáticas e a influência cultural europeia, no Brasil Império, foram contínuas no Brasil República, todavia, houve uma busca por uma maior inserção do Brasil no concerto das nações, e mesmo no mercado de capitais internacional. O Brasil recebeu ondas de migração europeia, desde 1850, tendo se amplificado do final do Brasil Império até o Brasil República, e tendo se tornado ao longo dessa época uma sociedade mais urbana e menos rural, com maior circulação de ideias, mas mantendo a língua portuguesa em sua unidade nacional, “hegemônica”, mas não “heterogênea” (FARACO, 2016).

O sistema de universidades, finalmente, foi desenvolvido no contexto republicano, o que permitiu uma maior independência no desenvolvimento do pensamento e maior inserção no processo histórico do pensamento no mundo ocidental. As universidades foram e são a principal instituição para a recepção, adaptação e inovação de correntes do pensamento, que se tornaram diversificadas nos séculos XIX e XX. Ao mesmo tempo, mais recentemente, o Brasil iniciou o seu processo de busca pela superação das desigualdades históricas e por

uma maior cooperação na comunidade internacional. A ciência aos poucos foi se tornando um pilar da democracia no Brasil, desde a redemocratização no final do século XX, tradição contínua até os dias de hoje.

2. Os pontos de ancoragem e a periodização: os períodos missionário, secular e científico no Brasil

A periodização é dependente de um conceito específico evidenciado por Swiggers: os “pontos de ancoragem” (*anchoring points*) (SWIGGERS, 2013; 2019), que são como os marcos que delimitam as fronteiras das continuidades e discontinuidades no pensamento linguístico específico de cada contexto. A determinação desses pontos de ancoragem, ou de inflexão, é um tema também polêmico, pois são selecionados por valores relativos, que determinaram o impacto social e histórico de textos específicos, por exemplo, como representantes de uma mudança de pensamento. Em se tratando de uma periodização ampla e geral, por exemplo, os textos que representam a mudança de períodos específicos, como a passagem do período missionário ao secular, e a passagem do período secular ao científico no Brasil, dependem de uma observação do historiógrafo que seja pautada em uma justificativa social e cultural, condição nem sempre possível para que se forme uma unanimidade.

Em artigo recente, o historiógrafo Ricardo Cavaliere (2002) debateu diversos modelos de periodização para a história da gramática (e do pensamento linguístico) no Brasil, tendo apresentado propostas com periodizações que se apoiavam em pontos de ancoragem diversos. Não é nosso objetivo debater em pormenores os modelos já debatidos por Cavaliere em seu artigo, a que remetemos para quem desejar se aprofundar nessa questão. Nosso intuito é antes apresentar nosso modelo teórico de periodização, cujo objetivo é ser simplificado e didático, tendo em vista que a periodização é apenas um apoio instrumental para a descrição da história pensamento linguístico, tema central da disciplina de HL.

Delimitamos o período missionário entre os anos de 1500 e 1757, em nosso modelo teórico para a descrição da história do pensamento linguístico e das práticas gramaticais na América portuguesa (KALTNER, 2019, 2020a, 2020b). Como ponto de ancoragem inicial para o período missionário, marcou-se o primeiro contato linguístico entre missionários franciscanos e indígenas tupiniquins em 1500, no litoral de Porto Seguro (VARNHAGEN, 1877). Os missionários europeus a essa época tinham formação intelectual em ordens religiosas, vinculadas sobretudo à escolástica medieval, como no reino de Portugal. Esse conhecimento da “gramática modista”, ou especulativa, da dialética aristotélica, das disciplinas do *trivium* e do *quadrivium* (BECCARI, 2019), e as atividades missionárias, de valor empírico, na África e na Ásia, formavam o perfil intelectual daqueles que primeiro estabeleceram contato linguístico com os povos originários da América portuguesa, com finalidade de catequese.

Entre 1500 e 1757, uma intelectualidade de ordens religiosas diversas, os “regulares”, compôs a vanguarda do projeto colonial, culturalmente reconhecido como “projeto missionário” com comunidades indígenas, tendo institucionalizado o pensamento linguístico na colônia ultramarina de Portugal. O “clima intelectual” (*Zeitgeist*) (KOERNER, 1996) da época era pautado pelas utopias renascentistas e pelo assimilacionismo cultural, no contexto das navegações europeias e do descobrimento de rotas de navegação. Destacaram-se, além dos missionários franciscanos, os missionários jesuítas, devido ao apoio de Portugal, com

suas “escolas de ler e escrever” e seus “colégios”. Essas instituições religiosas estavam já vinculadas à corrente de pensamento humanística do Renascimento desde sua origem, pautadas na *Ratio atque Institutio Studiorum*, a partir de 1599, e no uso da gramática latina *De Institutione Grammatica Libri Tres*, de Manuel Álvares, de 1572, muito influentes na América portuguesa. Posteriormente, através do ensino de Filosofia na colônia, com base na teologia tomista e na dialética aristotélica, como nos *Cursus Conimbricensis*, a corrente de pensamento da Segunda Escolástica ibérica tornou-se também influente entre os séculos XVII e XVIII, na política missionária (KALTNER, 2019, 2020a, 2020b).

Assim, a característica central desse período missionário era a atuação das ordens religiosas como círculos intelectuais na colônia, o que resultava em uma produção intelectual vinculada à teologia e às correntes de pensamento em vigência nas ordens religiosas da Europa. A inovação do período missionário na história do pensamento linguístico no Brasil estava vinculada à descrição das línguas indígenas e africanas, utilizadas na catequese da colônia. Quanto à língua portuguesa, ao latim e à dialética aristotélica, havia uma continuidade com a tradição europeia na recepção do pensamento linguístico.

O declínio do período missionário na América portuguesa foi marcado pela recepção do pensamento iluminista, de cunho secularista. Como ponto de ancoragem para essa mudança institucional, há o *Diretório dos Índios*, publicado em 1757 (FARACO, 2016). O documento marcou uma ruptura institucional profunda na organização social da América portuguesa, tendo reduzido a influência das ordens religiosas, sobretudo as missões dos antigos jesuítas, constituídos pelo sistema das *Constitutiones*, de 1556, e da *Ratio Studiorum* de 1599. Todavia, esse movimento de secularização abrupta não foi contínuo, tendo havido um interregno, de 1757 até 1806, quando temos um ponto de ancoragem que marcou o início do período secular *de facto* (CAVALIERE, 2012).

Conforme Faraco, o uso das *linguae vulgares* (línguas vernaculares) pelo Concílio de Trento, na catequese indígena, foi um dos motivos de expulsão dos jesuítas em 1759:

No entanto, nenhuma medida categórica foi adotada até o *Diretório*. Enquanto os jesuítas eram tidos como aliados no processo de dominação colonial, a Coroa lhes delegava a tarefa da missionação e da tutela de populações indígenas. O que prevalecia, portanto, era a política linguística daquela ordem religiosa sempre centrada no conhecimento das línguas locais e na catequese nestas línguas, o que entendiam estar em consonância com os decretos do Concílio de Trento (FARACO, 2016, p. 100).

O período secular, na história institucional e intelectual do pensamento linguístico no Brasil, marcou-se como um movimento complexo na América portuguesa, com a chegada da corte do príncipe-regente D. João VI (1767-1826) ao Rio de Janeiro, em 1808. A secularização no Brasil iniciou-se, efetivamente, pela administração de D. João VI e as primeiras missões e expedições científicas, tanto a francesa em 1816 quanto a austro-alemã entre 1817 e 1835, com a presença de intelectuais com formação iluminista, já secularizados. Todavia, uma obra em 1806 antecipou esse “clima intelectual” (*Zeitgeist*), o gramático e lexicógrafo carioca Antônio de Morais Silva (1755-1824) publicou, em 1806, em Portugal, a *Epitome de grammatica portugueza*, considerada a primeira gramática moderna de língua portuguesa no Brasil (CAVALIERE, 2012).

A gramática é uma obra no perfil, ou “morfótipo” (SWIGGERS, 2013), da gramática racionalista francesa e portuguesa, produto prototípico da intelectualidade secularista

européia que desenvolvia a filosofia racionalista, ou metafísica, desde o século XVIII, em oposição ao latim jesuítico. Antônio de Morais Silva não era membro de uma ordem religiosa, não era um “regular”, mas um intelectual com formação filosófica, ao invés de uma formação teológica estrita. Uma questão interessante é que a gramática foi escrita em uma fazenda em Pernambuco (SILVA, 1806), o que demonstra o vínculo da intelectualidade secularista no Brasil do século XIX às grandes fazendas como centro econômico. Sua gramática parece-nos derivada do sistema de “aulas-régias” organizado à época do Marquês do Pombal, no interregno entre 1759 e 1808. Era uma obra que propunha o ensino do português europeu no Brasil pelos autores “clássicos”, como Camões e Gil Vicente.

O regime absolutista inicial de D. João VI, herdeiro do despotismo esclarecido, que cedeu lugar ao constitucionalismo da monarquia imperial posterior, de D. Pedro I (1798-1834) (FAUSTO, 2006), auxiliou no desenvolvimento dessa nova intelectualidade secularizada, que manteve contato com seus pares europeus, pois o Brasil ainda não possuía formação universitária, com grande parte de sua intelectualidade ainda oriunda do clero, porém sob o poder moderador da coroa. A teologia, aos poucos, cedeu espaço à filosofia moderna, que à época era dicotomizada no empirismo inglês e no racionalismo francês, até a visão crítica de Kant. Gramática e filosofia andavam *pari passu*, o que se vinculava ao desenvolvimento do Direito moderno, como sucessor do poder eclesiástico. Dessa forma, o latim do período missionário cedeu espaço às línguas europeias modernas, como base para o pensamento linguístico e gramatical. A língua portuguesa tornou-se instrumento da razão, das leis e do debate dos usos e costumes, e a gramática racionalista era instrumento do juízo crítico em língua portuguesa, nos círculos intelectuais que se formavam. Coimbra ainda era o grande centro intelectual para os brasileiros.

No Brasil oitocentista, graças ao escravismo como organização social, não podemos rotular como científico esse período, ainda que as inovações das ciências modernas europeias tenham chegado à administração da monarquia imperial. O pensamento científico e os ideais iluministas não são eticamente compatíveis com instituições do *Ancien Régime* como a escravidão. Novamente, o conceito de “hibridismo cultural” (BURKE, 2005) é-nos útil para compreender a secularização parcial do Brasil Império, que conseguiu ingressar na comunidade internacional de sua época como um grande produtor de café, mas ainda escravista. Duas missões artístico-científicas marcaram a chegada dessa intelectualidade secular europeia ao Brasil: a missão francesa, que chegou ao Brasil em 1816, e a missão austro-alemã, de 1817 a 1835, com naturalistas, que registraram o paradoxo entre o escravismo e os ideais liberais do Iluminismo, como supracitado.

A gramática racionalista auxiliou no desenvolvimento do direito e da administração, assim como na organização dos primeiras instituições com sistemas de ensino laicizado, tendo se destacado o Imperial Colégio de D. Pedro II, fundado em 1837 e diversos liceus provinciais, como adaptações de modelos institucionais de nações amigas, como a França e a Inglaterra. Já no círculo intelectual do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, estudos filológicos com as línguas indígenas foram iniciados com a participação de naturalistas como Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), autor dos *Glossaria Linguarum Brasiliensium*. Essas instituições teriam auxiliado a recepção de correntes do pensamento europeias e fomentado o surgimento de obras como as de Francisco Sotero dos Reis (1871), gramático maranhense cuja *Gramática da língua portuguesa*, em segunda edição, em 1871, é considerada em nosso modelo teórico como o ponto de ancoragem que marcou o final da período secular, com o declínio da gramática racionalista no Brasil Império.

Dois fatores sociais contribuíram para a decadência desse sistema de pensamento racionalista no Brasil oitocentista, que era identificado ainda com o despotismo esclarecido do *Ancien Régime*: um fator econômico e outro político. O fator econômico relacionou-se à mudança do centro econômico da província do Rio de Janeiro, capital imperial, para a província de São Paulo, com a chegada de imigrantes europeus, desde a proibição do tráfico de escravizados em 1850, e o fortalecimento de um trabalho assalariado incipiente, que criou uma classe social, os trabalhadores (FAUSTO, 2006). O fator político relacionava-se ao Rio de Janeiro ter se mantido como capital imperial, mesmo quando o poder econômico já não estava mais com os “barões do café”. Isso fez eclodir uma tensão política que opôs as duas províncias e logo os representantes de um novo ordenamento institucional foram surgindo.

A obra gramatical de Júlio Ribeiro, de 1881, apresenta o perfil de representante dessa mudança de paradigma intelectual (CAVALIERE, 2002; 2012), já com um sentimento republicano, voltada à instrução de uma classe trabalhadora e com uma citação a Darwin, que aprofundou a secularização no mundo ocidental, tendo proposto uma visão cientificista de mundo. Júlio Ribeiro projetou uma gramática para uso em uma classe trabalhadora assalariada, mais urbana, vinculada aos ideais liberais republicanos de industrialização. Seu modelo diferia da obra de Sotero dos Reis e de Antônio de Morais Silva, gramáticas utilizadas na formação de estudantes que viviam em fazendas e viajavam ao exterior para estudos superiores. A obra de Júlio Ribeiro era pedagógica, inspirada em textos utilizados em escolas politécnicas, como há uma citação na obra referente a vínculos com o instituto politécnico de Munique (RIBEIRO, 1881). A ciência, nesse contexto, significava a vida urbana e a industrialização, que eram ideais republicanos, e não mais a filosofia racionalista, abstrata.

Vejamos, nas palavras do autor, pela transcrição disponível no portal da plataforma *Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux*:

As antigas grammaticas portuguezas eram mais dissertações de metaphysica do que exposições dos usos da lingua. Para afastar-me da trilha batida, para expôr com clareza as leis deduzidas dos factos do fallar vernaculo, não me poupei a trabalhos. Creio ter ferido o meu alvo. Os erros de etymologia e de distribuição de matéria que a critica honesta e illustrada de Karl von Reinhardstoettner e de Alexandre Hummel descobriram na primeira edição de meu livro, corriji-os eu n'esta segunda. Aceitei grato os elogios da imprensa brasileira: com os louvores dos competentes, de Ruy Barbosa, de Theophilo Braga, do conselheiro Viale, exultei (RIBEIRO, 1885, p. I).

O período científico iniciou-se com o pensamento de Júlio Ribeiro que antecipou inovações que teriam caracterizado a intelectualidade republicana, até os dias de hoje. A gramática tornou-se um método de formação escolar, acessível para um maior número de estudantes, conforme os ideais republicanos, era um conhecimento “público”, diferentemente da “metafísica racionalista”. A presença da corrente de pensamento do “método histórico-comparativo” em sua descrição da língua portuguesa foi sua inovação, todavia, muitas correntes de pensamento a sucederam, no desenvolvimento da Linguística moderna no século XX, o que é contínuo até os dias de hoje.

Como pudemos notar a mudança de pensamento nos primeiros séculos do Brasil foi um processo gradual e lento, que só se acentuou com maior defesa à liberdade de pensamento. Vejamos abaixo um quadro-síntese desse modelo teórico de periodização, ainda em debate e construção:

Características	Período missionário	Período secular	Período científico
Pontos de ancoragem: inicial	Chegada dos missionários na América portuguesa, século XVI.	Publicação da gramática de António de Moraes, 1806.	Publicação da obra de Júlio Ribeiro (1881).
Pontos de ancoragem: final	Diretório dos Índios, em 1757.	Publicação da obra de Sotero dos Reis, em segunda edição (1871).	Contínuo até os dias de hoje.
Morfótipo textual	Gramática humanística e gramática missionária.	Gramática racionalista, de cunho filosófico.	Teorias e métodos científicos para a descrição e análise linguística.
Perfil intelectual	Missionário com formação escolástica e humanística.	Filósofo racionalista, com formação iluminista.	Filólogo e Linguista (trabalhador especializado).
Correntes intelectuais	Humanismo renascentista (gramática) e escolástica (dialética).	Empirismo inglês, racionalismo francês, iluminismo alemão	Método histórico-comparativo, Linguística moderna.
Contexto político	América portuguesa, colônia (Estado do Brasil).	Reino Unido do Brasil, Brasil Império.	Brasil República.

Quadro 1. Modelo de periodização.

3. Um estudo de caso: o pensamento linguístico de S. José de Anchieta (1534-1597) e as três fases do período missionário quinhentista

Como estudo de caso específico, para apresentar nosso modelo teórico, debatemos a inserção do pensamento linguístico e das práticas gramaticais de S. José de Anchieta (1534-1597), missionário jesuíta e humanista, no contexto do período missionário da América portuguesa quinhentista. O período missionário quinhentista pode ser ainda subdividido em fases, relativas ao desenvolvimento do “clima intelectual” (*Zeitgeist*) que permitiu o desenvolvimento da *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (ANCHIETA, 1595). O interesse em desenvolver esse modelo teórico para a interpretação da gramática

advém de uma tentativa de descrever a obra em seu contexto de produção, ou mesmo da recepção de correntes de pensamento europeias na América portuguesa quinhentista.

Pode-se identificar a presença de três correntes de pensamento influentes no clima intelectual da atuação e da formação cultural das ordens religiosas da América portuguesa quinhentista (KALTNER, 2019, 2020a, 2020b): a escolástica medieval ocidental, de base tomista, com as disciplinas do *trivium*, conforme o modelo de “gramática especulativa” latina dos teólogos e gramáticos modistas (BECCARI, 2019); o humanismo renascentista, de origem itálica e francesa, cujo morfótipo era a “gramática humanística” e a segunda escolástica ibérica, que retomou a dialética aristotélica em seu sistema de teologia especulativa, pautado pelo racionalismo filosófico. De certa forma, essas três correntes de pensamento foram sucessivas na organização das instituições educacionais da política missionária, ao longo dos séculos XVI e XVII, na intelectualidade das ordens religiosas, até o início da secularização.

A gramática de Anchieta é um morfótipo textual de seu contexto, isto é, representa em sua identidade cultural um paradigma de pensamento que foi predominante em sua época, como corrente de pensamento hegemônica, no caso mais próxima do “humanismo renascentista português” (TANNUS, 2007; KALTNER, 2019). A obra reflete o hibridismo cultural do pensamento europeu nas navegações quinhentistas, a que se acresceu o contato linguístico com os povos originários da América portuguesa. A própria formação intelectual e o perfil dos missionários, como Anchieta, já despontava esse hibridismo cultural, nas relações entre a Europa, a África e a Ásia quinhentistas, tendo sido necessária uma formação intercultural para o processo de missão nas colônias ultramarinas. Na infância, Anchieta, muito provavelmente, estudou com dominicanos, nas Ilhas Canárias, na adolescência, estudou com humanistas em Coimbra, por fim, atuou no Brasil, tendo como mentores Nóbrega e Mem de Sá, que eram egressos de Salamanca (VIOTTI, 1980), centro intelectual da Segunda Escolástica quinhentista.

Cada uma dessas influências intelectuais, em correntes de pensamento que inclusive eram em alguns aspectos contraditórias, sobretudo em questões teológicas, formou o amálgama da política missionária jesuítica das primeiras missões, antes da publicação efetiva da *Ratio Studiorum*, em 1599. Nesse aspecto, Anchieta atuou, no Brasil, em um período de transição, entre 1553 e 1597, antes de um modelo de pensamento mais estável, que teria vindo posteriormente. Em sua época, houve grandes transformações, muitos embates teóricos, e a grande novidade foi a própria formação “Estado do Brasil”, em 1548 como a América portuguesa, colônia ultramarina do reino absolutista de Portugal.

A obra de Anchieta, os *Monumenta Anchietae*, não é um produto isolado de seu contexto. É uma obra histórica e social, produto intercultural do pensamento sistematizado e das diversas influências intelectuais, tanto na África das Ilhas Canárias, como na Europa de Coimbra e nas Américas, ou Índias ocidentais, do Brasil. A gramática da língua tupinambá deve antes ser considerada como um texto oriundo de um processo histórico marcado por continuidades e descontinuidades (BATISTA, 2019) no desenvolvimento da dinâmica colonial em sua interação com o pensamento de seu contexto. Como produto intelectual derivado de sua formação em uma ordem religiosa e em uma instituição reformada pelas inovações humanísticas no reino de Portugal, no século XVI, o Colégio das Artes de Coimbra, as obras do missionário escritas na América portuguesa inserem-se também nos temas dos estudos transatlânticos (*Transatlantic Studies*), de forma mais ampla, por terem marcado a recepção do pensamento europeu na América portuguesa.

Anchieta ao escrever o primeiro *poema epicum*, o *De Gestis Mendi de Saa* (Os feitos do governador e general Mem de Sá) tornou-se o Homero e Virgílio da América portuguesa, atribuição de Camões em Portugal. Ao escrever o primeiro grande poema elegíaco, o *De Beata Virgine Dei Matre Maria* (A Santa Virgem Maria, Mãe de Deus) o missionário das Canárias tornou-se o Ovídio, com as primeiras Odes, tornou-se o Horácio. Ao escrever a primeira gramática, tornou-se *Donatus* e João de Barros. Sua obra, coligida nos *Monumenta Anchieta*, fomentou uma *Respublica Litteraria*, uma das utopias quinhentistas (KALTNER, 2020a), conceito derivado da corrente de pensamento do humanismo renascentista, com nítida influência do humanista Diogo de Teive, seu mentor em Portugal. A obra poética de Anchieta apresenta os ideais do *modus parisiensis*, como um sistema de pensamento educacional fundamentado na prática literária para o aprendizado de latim pela “emulação”, como encontrado no *Schola Aquitanica*, documento que registrou a educação humanística francesa, de nítida influência no *modus parisiensis* conimbricense, desenvolvida no pensamento do humanista André de Gouveia (1497-1548) (SANTOS, 2021). Todavia, as influências no pensamento de Anchieta não se restringiram à Europa.

Para compreendermos como a gramática de Anchieta foi um texto possível de ter sido produzido na América portuguesa quinhentista, devemos analisar o que o antecedeu e o sucedeu na própria intelectualidade da colônia ultramarina, o que é possível pela documentação da época, se traçarmos uma história intelectual e institucional desse contexto, especificamente. Podemos notar que ainda que a intelectualidade jesuítica tenha sido a mais estudada e conhecida da América portuguesa, devido à sua influência notória nesse *momentum* histórico, houve de início, na política missionária, uma participação de missionários franciscanos no contato linguístico com os povos originários (KALTNER, 2019, 2020a, 2020b).

Essa intelectualidade de missionários franciscanos, que atuou com os intérpretes (os *linguas, turgimão*), utilizou técnicas características diferenciadas dos jesuítas para o aprendizado da língua, e não necessariamente buscaram “reduzir a língua à arte”. A política missionária na América portuguesa, entre 1500 e 1549, era contígua à política africana e asiática do reino de Portugal, só tendo ganho maior autonomia após a criação do governo-geral, em 1549. A formação intelectual dos missionários franciscanos em Portugal, à época, estava relacionada à escolástica medieval, centrada no estudo da dialética aristotélica e da gramática modista, pela via tomista, com algumas inovações humanísticas (TANNUS, 2007). O empirismo, no aprendizado de línguas, era adotado nas navegações e na política missionária para além da Europa, o que permitiu a política missionária africana e asiática, antes do Brasil. Anchieta ao chegar ao Brasil já encontrou frades franciscanos e indígenas em contato linguístico, logo a língua tupinambá já era conhecida, apenas não era gramatizada ainda. Essa foi a língua aprendida pelo *usus* (uso), que é sempre citado na gramática (ANCHIETA, 1595; FERNANDES, 2007).

Mesmo após a fundação do governo-geral, temos duas fases de atuação da intelectualidade de missionários na colônia ultramarina. A fase em que Nóbrega iniciou sua política missionária, seguida do momento em que Anchieta redigiu suas principais obras, entre 1549 e 1580, era uma fase ainda de estruturação da colônia e da política missionária, com grande influência dos avanços relacionados ao Colégio das Artes de Coimbra na intelectualidade jesuítica. O humanismo renascentista, como padrão educacional, reverberou a política cultural de D. João III (TANNUS, 2007), o que marcou uma *Respublica Litteraria* idealizada por Nóbrega e Anchieta, cujo principal registro foram as obras dos *Monumenta Anchieta*,

sobretudo as obras do “manuscrito de Algorta”, de que não houve exemplo semelhante na América portuguesa quinhentista, como supracitado. Essa fase foi marcada por um equilíbrio entre a *ratio* e o *usus*, característica do humanismo.

Em 1580, ocorreu uma nova guinada institucional na dinâmica da colônia ultramarina, com a União Ibérica, o que acarretou a chegada de novas ordens religiosas à América portuguesa, as visitas do Santo Ofício e o início do ensino de filosofia escolástica, de forma sistematizada. Essa época, mais pautada na *ratio*, no racionalismo e no ensino sistematizado de teologia, foi marcada pelo declínio da intelectualidade empirista franciscana inicial, e da intelectualidade humanística liderada por Nóbrega e Anchieta, tendo tido como resultado um padrão mais próximo ao contexto europeu ibérico. A obra de Figueira (1621) é um produto típico desse recorte historiográfico, em que a obra de Anchieta já é considerada como histórica. No próprio século XVII, teremos já uma historiografia sobre o século XVI, elaborada por cronistas, como Simão de Vasconcelos (1597-1671).

Vejamos um quadro que sintetiza essa discussão:

Fases do período missionário quinhentista da América portuguesa	Pontos de ancoragens	Correntes de pensamento	Fontes principais
Fase empirista: 1500-1549 , a ecologia do contato de línguas. Predominou o “ <i>usus</i> ” (uso).	Chegada dos primeiros frades franciscanos na América portuguesa, 1500 até o governo-geral.	Escolástica medieval e empirismo franciscano.	Registro de cronistas e literatura de viagem.
Fase humanística: 1549-1580 , a <i>Respublica litteraria</i> de Nóbrega e Anchieta. Equilíbrio entre “ <i>ratio</i> ” (razão) e “ <i>usus</i> ” (uso).	Início do governo-geral e chegada dos primeiros jesuítas, 1549 até a União Ibérica.	Humanismo renascentista português, na recepção jesuítica.	<i>Monumenta Anchieta</i> : gramática de Anchieta, escrita entre 1554-1556.
Fase racionalista: 1580-1621 , a filosofia escolástica ibérica. Predominou a <i>ratio</i> (razão).	Da União Ibérica, 1580 até a publicação da gramática de Figueira (1621). Chegada de outras ordens religiosas.	Racionalismo jesuítico e segunda escolástica, com influência dominicana.	Gramática de Figueira, de 1621. <i>Ratio Studiorum</i> .

Quadro 2. Síntese das fases relacionadas ao pensamento linguístico de Anchieta.

Conclusão

Uma periodização da história do pensamento linguístico e das práticas gramaticais no Brasil pode ser organizada pela história institucional específica do contexto sociohistórico, o que é um método didático e simples de organização. Todavia, pelo conceito de linguística de recepção, no caso do Brasil, em sua inserção mais ampla no mundo Ocidental, temos a chegada de correntes de pensamento como uma das formas de aquilatar a recepção do pensamento linguístico como uma variável cronológica. Nesse sentido, houve adaptações de padrões europeus, e norte-americanos, do Norte Global (*Global North*), na constituição do pensamento científico no Brasil, dos séculos XVI ao XX, por exemplo, como contexto receptor. No século XX, a produção intelectual no contexto brasileiro foi mais ampla, se comparados aos séculos anteriores, devido à democratização do conhecimento que caracterizou o século, diferentemente de outros períodos históricos, em que havia maior controle das ideias e uma circulação mais limitada. Todavia, a história do pensamento linguístico no Brasil pode nos revelar processos históricos que sofreram continuidades e descontinuidades, para compreendermos e evidenciarmos o estado de coisas atual nesse desenvolvimento epistêmico.

A Historiografia da Linguística permite-nos, com sua hermenêutica, isto é com sua interpretação crítica, desenvolver uma visão geral de todo esse processo social e histórico, tendo como um de seus instrumentos os modelos teóricos de periodização, que auxiliam à interpretação das continuidades e descontinuidades no desenvolvimento do pensamento (ALTMAN, 2019). Essa dinâmica é fundamental para compreendermos o estado de coisas atual no desenvolvimento do pensamento linguístico e das práticas gramaticais no Brasil, que atualmente insere-se também no eixo intercultural do Sul Global. Quanto à disciplina de HL, não nos interessa apenas a língua em uso atual, mas como a relação de ordem metalinguística foi estabelecida na tradição específica do contexto brasileiro, tendo ido da Teologia à Filosofia, e da Filosofia à Linguística atual.

Nesse sentido, há uma tradição no desenvolvimento do pensamento no Brasil que remonta aos primórdios do século XVI e se transformou continuamente até o desenvolvimento científico dos séculos XIX e XX, como pudemos notar. Esse tema, que é objeto de estudos do historiógrafo, tem como intuito promover um debate sobre essa tradição textual, ao evidenciar a formação dessa tradição, pela ruptura de paradigmas sucessivos, e como foi possível uma reorganização na sistematização de conhecimentos, com as transformações institucionais pelas quais o Brasil passou ao longo dos séculos, uma tarefa longe de se esgotar.

Atualmente, no contexto da democracia e da pluralidade de ideias, o pensamento linguístico desenvolve-se no Brasil graças às instituições públicas e privadas de pesquisa, assim como às associações científicas, em perspectiva de cooperação multilateral. A ciência tornar-se mais inclusiva no Brasil é o principal tópico do debate político-científico contemporâneo de nossa geração de linguistas, em vista da superação das desigualdades sociais que marcaram a inserção do Brasil no contexto mais amplo do Ocidente. A superação das desigualdades só será possível com uma ciência inclusiva, plural e diversa, que atente, conforme a Sociologia da Ciência, para a equidade e para a justiça social, tendo como padrão ético o acesso ao conhecimento por todos. A reflexão historiográfica visa contribuir para esse desenvolvimento.

Referências

ALTMAN, Cristina. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. *In*: ALTMAN, Cristina *et al.* **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 19-44.

ALTMAN, Cristina. Zeitgeist Em homenagem a Evanildo Bechara por ocasião dos seus 90 anos. **Revista Confluência**, n. 55, p. 164-182, 2018. DOI <https://doi.org/10.18364/rc.v1i55.276>.

ANCHIETA, José de. **Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. Coimbra: António de Mariz, 1595.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. *In*: ALTMAN, Cristina *et al.* **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 81-114.

BECCARI, Alessandro Jocelito. **Tratado sobre os modos de significar**. Editora da UFPR, 2019.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.

CAVALIERE, Ricardo Stavola. Gramaticografia da língua portuguesa no Brasil: tradição e inovação. **Limite**, n. 6, p. 217-236, 2012.

CAVALIERE, Ricardo. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 45, p.49-69, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **História sociolinguística da língua portuguesa**. São Paulo: Parábola, 2016.

FAUSTO, Bóris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERNANDES, Gonçalo. De Institutione Grammatica Libri Tres (1572) de Manuel Álvares (1526-1583). **Revista da Academia Brasileira de Filologia**, v. 4, p. 85-99, 2007.

FIGUEIRA, Luis. **Arte da lingua brasilica**. Lisboa: Manuel da Silva, 1621.

KALTNER, Leonardo Ferreira. O Brasil quinhentista e a Historiografia Linguística: interfaces. **Cadernos do CNLF (Cifefil)**, n. 23, p.424-439, 2019.

KALTNER, Leonardo Ferreira. **O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020a.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Regna Brasillica: contextualização da Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (1595). **Revista da Abralín**, n.19, p.1 - 25, 2020b.

KOERNER, Konrad. Questões que persistem em Historiografia da Linguística. **Revista da Anpoll**, n. 2, p. 45-70, 1996.

REIS, Francisco Sotero dos. **Grammatica Portugueza**. Segunda edição. Maranhão: Typ. De R. D'Almeida & C., 1871.

RIBEIRO, Julio. **Gramática Portuguesa**. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, Julio. **Gramática Portuguesa. 1885**. Disponível em: http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3383_por_Ribeiro_01_1885_T02.htm#appel1. Acesso 23 fevereiro 2023.

SANTOS, Melyssa Cardozo Silva dos. Schola Aquitanica (1583): Latin grammar and Renaissance tradition. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 452–463, 2021. DOI: 10.25189/rabralin.v20i3.1946. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1946>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SILVA, António de Moraes. **Epitome da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

SWIGGERS, Pierre. Historiografia da Linguística: princípios, perspectivas e problemas. *In*: ALTMAN, Cristina *et al.* **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 45-80.

TANNUS, Carlos Antônio Kalil. Um olhar sobre a literatura novilatina em Portugal. **Calíope, Presença Clássica**. n 16, p.13-31, 2007.

TUFFANI, Eduardo. Para a história dos cursos de Letras no Brasil com atenção aos de letras clássicas no seu estabelecimento. **Em tese**, v. 27, n. 2, p. 13-37, 2021.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1877.

VIOTTI, Hélio. **Anchieta, apóstolo do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

ZWARTJES, Otto. **Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550–1800**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2011.

Authors' contribution statement

Leonardo Ferreira Kaltner is responsible for: Conceptualization, Writing – original draft, Methodology.

Melyssa Cardozo Silva Santos is responsible for: Writing – analysis and editing, Visualization.

Conflict of interest statement

The authors declare that there is no conflict of interest.

Research data availability statement

- The entire dataset supporting the results of this study was published in the article itself.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.